

ORA, PACOTES!

Otacílio F. Nunes Jr.

O governo Collor inaugurou-se sob o signo do engodo, reiterando que o presidente eleito, como deixou mais do que claro na campanha eleitoral, é capaz de tudo para conseguir o que quer — como disse Francisco de Oliveira, Collor exhibe a "arrogância imemorial" que é marca de sua classe (cf. "O Marajá Superkitsch", *Novos Estudos Cebrap* Nº 26). Seria possível argumentar em sua defesa, como muitos o fizeram, que dessa vez estava em jogo, mais do que a saúde econômica do país, a própria estabilidade social e, portanto, que o fim — evitar a hiperinflação, que parecia finalmente estar batendo à nossa porta — justificava plenamente os meios: o pacote, o confisco da poupança, tudo rigorosamente negado por Collor quando candidato. De tal sorte que soaria ocioso questionar se não haveria outros meios — digamos, mais democráticos — para resolver nossos problemas econômicos. Hoje, decorridos quatro meses daquele histórico 16 de março, quando os resultados obtidos já suscitam muitas dúvidas quanto à eficácia das medidas adotadas (não anda a "inflação zero" um pouco alta?), parece mais cabível questionar se o método do pacote é mesmo o melhor. Por outro lado, é preciso não esquecer que outros 1700 dias de governo Collor se seguirão a estes cento e tantos primeiros, até que o eleitorado tenha chance de escolher um novo presidente; e é portanto necessário que os descontentes com o resultado eleitoral encontrem meios de administrar da melhor maneira possível essa convivência forçada com o bem-sucedido caçador (de marajás, não de tigres inflacionários).

Escrevendo sobre as possibilidades de se implantarem regimes democráticos na América Latina, Albert Hirschman ("A Democracia na América Latina: Dilemas", *Novos Estudos Cebrap* Nº 15) apontou a paciência como um dos valores que podem contribuir para a criação das condições para o estabelecimento da democracia. A incapacidade de alguns grupos políticos aceitarem o adiamento da possibilidade de colocar em prática seus programas poderia levá-los a adotarem alternativas antidemocráticas,

como, por exemplo, o golpe de Estado. Essa alternativa, por enquanto, parece estar descartada entre nós — quiçá permanentemente —, inclusive porque não é provável que os grupos políticos capazes de lançar mão desse recurso se sintam derrotados com a vitória de Collor. Há, entretanto, outro resultado possível decorrente da impaciência, e que parece despontar entre as forças de oposição ao novo governo. Refiro-me a uma certa paralisia na ação dos partidos que se aliaram em torno da candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais, que tem possibilitado a Collor ocupar o cenário político mais ou menos a seu bel-prazer. É como se, ao serem derrotados, os partidos, desiludidos, decidissem apenas ou resistir ou flertar com o vencedor, segundo seu maior ou menor apego a critérios éticos. Assim, o PSDB, mais "flexível", assume a postura de "apoiar o que for bom e criticar o que for ruim", deixando, ao que parece, sempre uma porta aberta para um apoio mais decidido ao governo, e meio confuso o seu eleitorado. O PT, por sua vez, coerente com sua linha de atuação intransigente (e legitimamente indignado com a derrota diante de um candidato, para dizer o mínimo, moralmente questionável), assume uma atitude de "não negociar nada", o que pode lhe render frutos eleitorais a curto prazo, mas que corre o risco de lhe conduzir a lugar nenhum, caso o governo alcance a médio prazo algum êxito no combate à inflação. O PDT, para completar o quadro dos principais partidos declaradamente de oposição (no qual, pelo visto, não cabe o PMDB), tende a se comportar como o PT, embora conte com uma ala que, sem apresentar as oscilações do PSDB, viu o plano Collor como essencialmente bom. Falar de paralisia não quer dizer que os partidos não estejam fazendo nada, mas sim que ainda não superaram a lógica oposição x governo que caracterizou sua atuação durante a ditadura: ou estão no governo (com cargos etc.) ou fazem política visando às eleições.

Fora dessa dualidade estreita, há um amplo espectro de possibilidades de atuação para as oposições, que não tem sido devidamente explorado. Uma idéia como a do governo paralelo, espécie de exercício possível de governo por parte da oposição, não foi capaz de empolgar os partidos, nem sequer o próprio PT; a idéia de uma negociação, tristemente utilizada pelo governo com o objetivo de criar um alibi para impor sua versão (moderna?) de arrocho salarial, também não tem sido encarada com seriedade pela oposição, que poderia transformá-la num instrumento eficaz para democratizar as decisões de política econômica. Essas duas possibilidades, que só têm sentido em conjunto, poderiam servir aos partidos de oposição para romperem com o método do pacote econômico. Afinal, não está claro se os que discordam do Plano Collor o fazem só porque ele deveria incluir outras medidas (o PT teria o seu pacote, o PSDB e o PDT *idem* etc.) ou porque, discordando das medidas, acham também que elas são inseparáveis do método adotado. Guillermo O' Donnell, ao analisar o fracasso da gestão de Alfonsín na Argentina ("Argentina, de Novo" *Novos Estudos Cebrap*, Nº 24), destacou os vários malefícios implícitos na idéia de que um plano milagroso vai resolver todos os problemas

econômicos de uma só penada. Entre eles, o mais importante talvez seja a noção de que as instituições que representam os interesses dos vários grupos sociais, em particular o parlamento, são incapazes de resolver questões importantes. Não parece ser outra a lógica do Plano Collor. E se este revela os traços autoritários do atual presidente, revela também, como outros planos semelhantes, uma alta dose de impaciência (é preciso obter resultados rápidos) por parte de quem os elabora e os aprova. Os economistas terão lá suas razões para acreditar que a inflação deve ser combatida assim, abruptamente. Se não der certo, sempre restará a alternativa de outro pacote, ou botar a culpa em qualquer coisa (os maus empresários que aumentam os preços sem necessidade; os maus consumidores, que insistem em continuar comprando, mesmo com preços altos; talvez a levitação dos preços?). E como as razões da ciência podem se sobrepor até às convicções democráticas, não vamos esperar que os economistas abram mão dos pacotes: *é dos partidos que temos de exigir o compromisso com a gestão democrática da economia*, assim como de todas as áreas de atuação do governo. A atitude dos partidos de oposição em face do Plano Collor é dúbia a esse respeito.

Quanto a Collor, o viés obsessivo que tem marcado sua atuação pode acabar favorecendo soluções contraditórias com seu estilo autoritário. Sem entrar no mérito dos resultados alcançados, parece que o presidente está começando a dar mostras de que o desgaste dos primeiros cem dias lhe bateu fundo. Já não ostenta o ar tão arrogante dos primeiros dias de governo, já não diz que a inflação acabou, defende-se da pecha de autoritário (ele que só se preocupa em atacar), faz profissão de fé no parlamentarismo, mostra-se mais acessível à imprensa etc. Amadurecimento, sinais de que vai se convertendo gradativamente a um "estilo" mais democrático de governo? Provavelmente não, e nem vem ao caso para os propósitos deste artigo. Parece mais que, diante do risco de um enorme fracasso (imagino-o comparado a Sarney, seu contrário, num certo sentido, mas certamente tão bem-intencionado!), Collor, que não parece burro, tenha se convencido de que se trocar as ameaças (que, aliás, não passaram de "uma ameacinha" *à la* Magri) pela conversa, se considerar outras sugestões que não as de sua equipe etc, possa se sair melhor em sua promessa de liquidar a inflação — afinal, ele deve ter descoberto que há mais alternativas do que "vencer ou vencer". Para as oposições isso pode representar uma oportunidade de se afirmarem como alternativas reais de governo, mesmo antes das eleições, mesmo fora do poder Executivo. O Congresso detém hoje um poder de deliberação que não tem sido amplamente utilizado, a não ser como trincheira de resistência — muitas vezes ineficaz — às iniciativas do Executivo. O projeto de política salarial dos partidos de oposição, independentemente de seu mérito, aponta um caminho interessante de atuação parlamentar, que poderia ser melhor explorado: o poder legislativo *também* como proponente de políticas de governo.

O risco que as oposições correm, frente a eventuais malogros do governo, é o de sempre, de se deixarem seduzir pelos acenos do presidente e simplesmente aderirem, ocupando esta ou aquela pasta. Ao contrário, é preciso que cada um preserve sua identidade, e a torne mesmo mais nítida por meio de propostas para resolver os problemas a *partir de já*. Não é justo que os eleitores tenham de esperar mais quatro anos para saber o que faria Lula, por exemplo, se assumisse o governo. E nem é bom que os erros do atual governo levem o país a uma situação de instabilidade tal que se coloque um vazio de poder. Deve-se cobrar do presidente as suas obrigações de governante. Da oposição temos o direito de esperar que cumpra as suas.

Otacílio F. Nunes Jr. é editor-assistente de *Novos Estudos Cebrap*.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 27, julho de 1990
pp. 3-6
